manchete

Jornal Negócios

17-02-2023

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 30

ADVOGADO DO DIABO

Pôr ordem nas Ordens?

LUÍS MIGUEL HENRIQUE
Advogado

Em Portugal temos cerca de vinte Ordens profissionais com cerca de 430.000 profissionais. Diferentes realidades, diferentes desafios, diferentes problemas, pelo que ao meter tudo no mesmo saco não fica fácil identificar as respetivas idiossincrasias.

Recentemente, o humorista Bruno Nogueira escreveu uma das frases mais sérias e pertinentes que tenho lido (ou ouvido) sobre a forma como todos os temas e assuntos são hoje em dia tratados. Dizia ele: "Para todo o lado para onde olho, só vejo certezas. E não são certezas modestas, são certezas absolutas. Tudo é absolutamente preto ou branco, subtraiu-se o cinzento."

Pois bem, também aqui de um lado (Ordens) e do outro (Executivo/Partido Socialista) parece que todos têm certezas absolutas e que o cinzento inerente ao equilíbrio deixou de existir. Tudo é preto ou branco, sem mais.

Nem sempre as Ordens têm sido um eixo de desenvolvimento social e económico.

No caso do diploma das Ordens, há clara e inequivocamente uma tentativa de aproveitamento político por parte do Governo socialista (sempre pouco dado a ser enfrentado e/ou confrontado, como nos dizia o saudoso Jorge Coelho com a mítica frase de "quem se mete com o PS leva") de limitar o espaço de atuação e influência daquelas.

Não sendo constitucionalista, tenho sérias dúvidas de que o art. 15.º do Projeto de Lei n.º 108/XV da forma como está redigido e com a tentativa de criação de um órgão disciplinar/fiscalizador da atuação das várias Ordens não venha a ser necessária a sua retificação, ou se a sua inclusão não foi um mero instrumento de negociação para o Governo deixar cair em troca da aprovação de tudo o demais.

Mas sejamos sinceros e intelectualmente honestos. Nem sempre as Ordens têm sido um eixo de desenvolvimento social e económico, muito pelo contrário. Têm sido, aqui e acolá, um travão. Veja-se o caso da falta de médicos.

Óbvio que era necessário rever o acesso à profissão e dispensávamos o facto de uma vez mais termos sido chamados à atenção por organismos internacionais. Reconheço também que a questão da imperatividade de estágios remunerados poderá levantar dificuldades a algumas sociedades/profissionais liberais, mas não acredito que possa afastar os bons recém-formados em direito do mundo da advocacia. Afastará com certeza aqueles que não terão a capacidade, o mérito, de lá chegar.

Um pouco como a lógica altamente censurável e egoísta dos nossos sindicatos que, em vez de se preocuparem com o mercado laboral no seu todo e com uma visão de futuro, apenas restringem a sua atividade à defesa dos que "já lá estão", as Ordens têm olhado demasiado para o seu próprio umbigo e não para o bem da comunidade e do país.

Uma última palavra para o "bicho-papão" das grandes consultoras e auditoras. Qual o receio de poderem prestar serviços jurídicos se os advogados poderem aproveitar o mercado que se abre e prestar ao cliente cada vez mais um melhor e mais completo serviço?

No que me toca e sei falar, apenas vejo uma excelente oportunidade para todos nós, advogados. Saibamos sair da zona de conforto e onde muitos veem um problema claramente existem soluções. ■

Coluna semanal à sexta-feira

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.